

**TJDFT****Poder Judiciário da União**

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

CGGE

Comitê de Governança e Gestão Estratégica

ATA 6/2019/CGGE

ATA DA 5ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA - CGGE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDFT.

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às dezesseis horas e quarenta minutos, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitações – CPL, localizada no sétimo andar do Bloco A, n. 7.40, do Fórum de Brasília, iniciou-se a quinta reunião do Comitê de Governança e Gestão Estratégica, instituído pela Portaria Conjunta 35, de 07 de março de 2019. Como Membros, designados pela Portaria GPR 453, de 7 de março de 2019, estiveram presentes: Desembargadora Maria de Fátima Rafael de Aguiar, indicada pelo Presidente do TJDFT; Juiz de Direito Luis Martius Holanda Bezerra Junior, indicado pelo Presidente do TJDFT; Guilherme Valadares Vasconcelos, Secretário-Geral da Corregedoria;

Raquel Cristiane Golenia de Souza, Chefe de Gabinete da Presidência; Juliana Cristina Bomfim dos Santos Milhomem, Chefe de Gabinete Substituta da Primeira Vice-Presidência; Wildice Lima Ferro Cabral, Chefe de Gabinete da Segunda Vice-Presidência; Anna Karina Campelo Pfeilsticker Rocha, Chefe de Gabinete da Corregedoria; Flavia Barros da Silveira, Secretária Substituta de Recursos Orçamentários e Financeiros; Lídia Maria Borges de Moura, Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica e Saulo Ferreira Rocha, servidor indicado pela Associação dos Servidores da Justiça do Distrito Federal – ASSEJUS. Como organizadores, participaram os seguintes representantes da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica - SEPG: Victor Abreu da Silva, Secretário de Planejamento e Gestão Estratégica Substituto; Fernanda Gonçalves Gesta Bezerra, Subsecretária de Orientação Estratégica; Ludmila Pereira de Souza do Couto Maciel, representante da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica; Rodolfo Antônio da Costa Guará, supervisor do Serviço de Gestão de Projetos Institucionais – SERGEP; Haika Mendes de Amorim, servidora do SERGEP e Mariana Bicalho Machado, supervisora substituta do Serviço de Gestão de Processos de Trabalho. Também estiveram presentes os seguintes convidados: Priscila Palhano Teixeira, Chefe de Gabinete Substituta da Segunda Vice-Presidência e Isabella de Sousa Brito, Secretária de Recursos Materiais – SEMA. Os Excelentíssimos Desembargadores Arnaldo Camanho de Assis e Diaulas Costa Ribeiro, bem como o Secretário-Geral Celso de Oliveira e Sousa Neto não puderam comparecer à reunião já que o primeiro já tinha uma consulta médica marcada para o mesmo horário, o segundo estava presidindo a sessão da 8ª Turma Cível e o último está viajando e seu substituto legal não pôde comparecer à reunião. Ausentes os Juízes de Direito Paulo Rogério Santos Giordano e Luis Carlos de Miranda. A Desembargadora Fátima Rafael, Presidente do Comitê, deu início à reunião e passou a palavra a um dos responsáveis técnicos pela condução da reunião, o servidor Victor Abreu. Primeiramente, os presentes foram avisados de que a reunião seria gravada para viabilizar a composição desta ata, em seguida, discorreu-se sobre os itens da pauta. O primeiro item a ser tratado foi a apresentação da identidade visual desenvolvida pela Assessoria de Comunicação Social – ACS para a Governança

Institucional, que buscou aliar a tecnologia aos objetivos da governança. Foi criado um fundo com padrões geométricos de malha que remete à ideia de comunicação, interligação e modernidade e também arcos que remetem à ideia de ondas, invisíveis aos olhos, mas que são presentes e se propagam em toda a instituição. Para os subsistemas de governança, foram utilizadas as cores que já são utilizadas pelas unidades, bem como ícones para remeterem a cada uma das áreas. Em seguida, a palavra foi passada ao Supervisor do SERGEP, Rodolfo Guará, que apresentou aos membros do comitê um resumo das principais informações encaminhadas pela Administração Executiva e gestores sobre as ações realizadas que impactam no cumprimento das diretrizes do Plano de Administração do Biênio – PLABI 2018-2020. Ao todo, foram levantados 34 projetos estratégicos e 135 ações ou projetos institucionais, sendo que apenas 7 ainda não foram iniciados. Informou, ainda, que das 29 diretrizes, apenas 2 não apresentam nenhuma ação ou projeto estratégico ou setorial vinculado, mas que apesar disso estão sendo feitos estudos e iniciativas para buscar atendê-las. A Senhora Wildice esclareceu que devido às restrições orçamentárias, a diretriz *"Implantar centro de formação em métodos autocompositivos"* precisou passar por um replanejamento e que, por conta disso, a Segunda Vice-Presidência está construindo uma parceria transitória com o Ministério da Justiça e com o Ministério Público para montar cursos de mediação para capacitar as pessoas que atuam tanto nos CEJUSCs como também nas varas. Além disso, tem-se buscado a disponibilização de recursos junto à Presidência, uma vez que para formar a escola é necessária a disponibilização de, no mínimo, 5 servidores, além de toda a estrutura e orçamento. Atualmente, essa capacitação acontece como um embrião dentro do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação – NUPEMEC. A ideia é que a escola seja instalada no local onde atualmente funciona o Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa – NUJURES e que conte com salas de aula e uma sala administrativa. Informou, ainda, que os 4 servidores que estavam cedidos e que passarão a compor o quadro de pessoal da Segunda-vice serão lotados no NUPEMEC para que possam ser realocados na futura escola. Ademais, informou que foi conseguido junto à Presidência um destaque orçamentário no valor de R\$ 100.000,00

(cem mil reais) para o orçamento da escola, para custear cursos de capacitação. Ressaltou que como todas essas situações ainda não estavam concretizadas elas não foram informadas quando do envio do PA. **Deliberação:** Foi proposto o encaminhamento do relatório à Alta Administração e, como sugestão, que seja dada atenção às diretrizes não trabalhadas e ações e/ou projetos não iniciados ou em fase inicial, tendo em vista a proximidade do término da gestão. *Aprovada.* Em seguida, a palavra foi passada para a representante da SEPG, Ludmila Maciel, que apresentou um breve resumo das principais atividades já executadas para a implementação da Gestão de Riscos no TJDFT, bem como atualizou os membros das próximas etapas. **Deliberação:** Propôs-se alterar a matriz de áreas estratégicas, uma vez que se percebeu que "Manutenção e Obras" são dois processos distintos e independentes e que serão melhor trabalhados se forem desmembrados em "Obras" e "Gestão Predial", além de inclusão do tema "Segurança Institucional", tendo em vista o interesse demonstrado pela área em realizar a oficina e implantar a gestão de riscos. *Aprovado.* A palavra foi então transmitida novamente ao servidor Victor Abreu, que informou os membros do comitê sobre a alteração feita pelo Tribunal de Contas da União – TCU na periodicidade de aplicação do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública, que era anual e passou a ser a cada dois anos. **Deliberação:** Tendo em vista a necessidade de apurar o indicador estratégico "*Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas do TJDFT*", que utiliza os resultados do Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas – IGG aferido no levantamento realizado pelo TCU, e a não realização do levantamento no ano 2019, a SEPG sugere ao comitê que seja aplicada a minuta do instrumento que foi disponibilizada no site do TCU, para verificar o nível de maturidade em Governança Institucional e para realizar a apuração do indicador estratégico, com o devido encaminhamento do formulário aos Comitês dos Subsistemas de Governança de TI, Pessoas e Contratações, além da Administração Executiva, das partes que são relacionadas às suas atividades. *Aprovado.* Passou-se então ao próximo item da pauta, a Revisão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário. O servidor Victor informou quais foram as principais entregas já feitas e apresentou o

cronograma estabelecido pelo Comitê Gestor Nacional da Rede de Governança Colaborativa. Esclareceu que o cronograma tem duração prevista até o início de junho de 2020 e que ele vem sendo seguido à risca. No momento, a revisão está na fase de especificação e aprovação dos macrodesafios do Poder Judiciário para o período de 2021 a 2026 e a SEPG vem acompanhando todo o processo para realizar o alinhamento com a revisão do Plano Estratégico do TJDFT, o qual deverá ser aprovado e publicado até novembro de 2020, conforme previsão regimental. Em relação à revisão do PE, o primeiro passo é a realização de ações de capacitação, com início previsto para os dias 13 e 14 de novembro. O PA que trata do assunto está atualmente em análise na Consultoria Jurídico-Administrativa da Presidência – CJA e o curso prevê não só capacitação dos servidores da SEPG, mas também a disseminação da cultura de planejamento para a casa. Durante ou após essa capacitação, deverá ser feito um diagnóstico interno e de ambiente utilizando-se, inclusive, os instrumentos que já foram aplicados na casa, como a Pesquisa de Clima Organizacional e a Pesquisa de Satisfação do Usuário, para posteriormente ser definida a metodologia, a qual não deve fugir da utilizada pelo CNJ. A Secretária de Planejamento Estratégico ressaltou a importância do apoio do comitê na sensibilização dos magistrados durante a ação de sensibilização prevista para ocorrer no dia 13 de novembro, e na sensibilização do secretariado e dos diretores de secretaria para a capacitação prevista para os dias 13 e 14 de novembro. Por fim, a próxima reunião foi agendada para o dia doze de dezembro de dois mil e dezanove. Nada mais havendo a registrar, a Presidente encerrou a reunião às dezessete horas e dezoito minutos, da qual eu, Alessandra Rocha de Castro, lavro a presente ata, que, por ser expressão da verdade, segue assinada pela Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria de Fátima Rafael de Aguiar, Presidente do Comitê, pelos Membros do CGGE e demais participantes da quinta Reunião do Comitê de Governança e Gestão Estratégica do TJDFT.

Membros do CGGE:

Desembargadora Fátima Rafael

Desembargador Arnaldo Camanho de Assis

Juiz de Direito Luis Martius Holanda Bezerra Junior

Guilherme Valadares Vasconcelos

Raquel Cristiane Golenia de Souza

Juliana Cristina Bomfim dos Santos Milhomem

Wildice Lima Ferro Cabral

Anna Karina Campelo Pfeilsticker Rocha

Flavia Barros da Silveira

Lídia Maria Borges de Moura

Saulo Ferreira Rocha

Organizadores:

Fernanda Gonçalves Gesta Bezerra

Victor Abreu da Silva

Ludmila Pereira de Souza do Couto Maciel

Rodolfo Antônio da Costa Guará

Haika Mendes de Amorim

Mariana Bicalho Machado

Convidados:

Priscila Palhano Teixeira

Isabella de Sousa Brito



Documento assinado eletronicamente por **Ludmila Pereira de Souza do Couto Maciel, Técnico Judiciário**, em 05/11/2019, às 17:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Victor Abreu da Silva, Técnico Judiciário**, em 05/11/2019, às 17:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Valadares Vasconcelos, Técnico Judiciário**, em 05/11/2019, às 18:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Cristiane Golenia de Souza, Chefe de Gabinete**, em 05/11/2019, às 18:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Martius Holanda Bezerra Junior, Juiz(a) de Direito**, em 05/11/2019, às 20:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Bicalho Machado, Técnico Judiciário**, em 06/11/2019, às 14:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Anna Karina Campelo Pfeilsticker Rocha, Chefe de Gabinete**, em 06/11/2019, às 15:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Haika Mendes de Amorim, Técnico Judiciário**, em 07/11/2019, às 12:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei



11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Celso De Oliveira E Sousa Neto, Secretário-Geral**, em 08/11/2019, às 17:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Barros da Silveira, Secretário(a) Substituto(a)**, em 11/11/2019, às 14:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Rocha de Castro, Técnico Judiciário**, em 18/11/2019, às 13:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Palhano Teixeira, Assessor(a)**, em 18/11/2019, às 14:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rodolfo Antônio Da Costa Guará, Supervisor(a)**, em 18/11/2019, às 15:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Gonçalves Gesta Bezerra, Técnico Judiciário**, em 18/11/2019, às 15:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Wildice Lima Ferro Cabral, Chefe de Gabinete**, em 18/11/2019, às 15:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Isabella de Sousa Brito, Secretário(a)**, em 18/11/2019, às 17:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Lídia Maria Borges De Moura, Secretário(a)**, em 20/11/2019, às 18:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei



11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Saulo Ferreira Rocha, Assistente**, em 21/11/2019, às 14:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1153996** e o código CRC **A9A332AA**.